

PRESTAÇÃO DE CONTAS É INSTRUMENTO PARA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

Como agente do bem comum, o poder público deve propiciar benefícios à população. Para isso, é indispensável a realização de despesas que impliquem na utilização dos recursos públicos, arrecadados na forma de impostos, para que retornem aos cidadãos sob a forma de escolas, creches, hospitais, pavimentação e iluminação de ruas, etc.

A gerência de recursos públicos obriga os governantes a manter a sociedade informada sobre a utilização das verbas arrecadadas durante o período da sua administração, para que a população tenha a oportunidade de conhecer o destino e o uso dos recursos utilizados. Nos últimos anos, a Internet transformou-se em vitrine para a divulgação das contas públicas ao proporcionar acesso direto e instantâneo às informações apresentadas pelos governos.

O controle dos gastos públicos se orienta por cinco princípios básicos: o da universalidade, no qual se inserem todos os gestores públicos - do Presidente da República aos Prefeitos; o da legalidade, ao determinar que o sistema de controle está sujeito às normas jurídicas; o da autonomia no exercício do controle; o da independência, no qual o controle deve ser independente em relação aos agentes políticos; e o princípio da imparcialidade, que permite a correta observação aos outros princípios do controle, sem a interferência de predileções ou ideologias: o que deve aparecer é a administração e não o administrador.



Segundo o professor de Ciências Contábeis Constatino de Gaspari Gonçalves, "muitas vezes os atos praticados pelo administrador público, na visão da maioria da população e de muitos de seus subordinados, são entendidos como promoção pessoal ou abuso de poder. O leigo entende como promoção pessoal as divulgações de atos do Executivo, como a divulgação na mídia de obras que serão inauguradas, de programas que beneficiam a população entre outros. Como abuso de poder, o exemplo mais comum são as denúncias de gestões anteriores, as desapropriações, cobrança judicial de impostos atrasados e etc, vistas pelos 'inimigos políticos' como 'perseguição política'".

O problema, para o professor, é que a maioria das pessoas ignora que a prestação de contas está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. O importante, na sua opinião, é que, "enquanto para o administrador particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, para o administrador público só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o administrador particular significa 'pode fazer assim' e para o administrador público significa 'deve fazer assim'".

Prestar contas no campo da administração pública, portanto, vai além dos relatórios enviados aos Tribunais de Contas ao final de cada exercício. Aos governantes cabe informar a população sobre a aplicação das verbas sob sua gestão.

Este texto responde à enquete **"Você considera importante o livre acesso à prestação de contas públicas?"** disponível na página oficial da CGM entre abril e maio de 2004.

O resultado foi o seguinte: 81 pessoas responderam "sim", 03 "não" e 06 "em parte".



As mulheres e a máfia

Mulheres da Máfia, livro da jornalista inglesa Claire Longrigg, relata a discreta e marcante atuação feminina no mundo dos negócios da máfia italiana, derrubando o mito de que as mulheres não faziam parte dos quadros da organização criminosa.

EDITORIAL

Finanças municipais e campanha eleitoral

Lino Martins da Silva

No período das campanhas eleitorais repete-se o mesmo ritual: a oposição tenta provar que na reta final do mandato faltarão recursos para concluir os investimentos. Os mais alarmistas avisam que o custeio terá que ser represado por falta de recursos, esquecendo que no Brasil o orçamento é autorizativo e, portanto, sujeito às limitações impostas seja pelo Legislativo, seja pelo acompanhamento permanente da execução orçamentária e financeira. O objetivo óbvio é criar insegurança nos agentes externos e internos do setor governamental ao tentar fixar a malévola idéia de que, na administração em vigor, não se pratica a boa governança e que os gestores em término de mandato são incompetentes e perdulários nos atos de gestão.

No caso da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, essa atitude é flagrante. As aves de mau agouro desconhecem por exemplo as ações estruturais adotadas no município desde 1993, ano em que o sistema de orçamento passou a estar integrado à função fazendária. Antecipou-se, assim, às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao estabelecer o controle rígido das finanças públicas, em que a função de gastar deve estar necessariamente integrada com a função de arrecadar. Além disso, e na mesma época, outra postura pioneira criou a Controladoria Geral do Município - modelo mais tarde copiado pela União, com características muito mais de corregedoria (para apurar erros e punir) que de controle (para atuar nas áreas de auditoria, contabilidade e informações gerenciais, os três eixos a compor um sistema de controle com preocupações permanentes na busca de melhoria contínua da administração pública).

Muito antes da LRF, portanto, indicavam que a administração da Prefeitura do Rio de Janeiro sinalizava sua preocupação com o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização, ao mesmo tempo em que buscava um sistema de controle para atuar mais como termômetro (medição de temperatura por meio do estabelecimento de equilíbrio das macro-funções de governo) do que como termostato (manutenção constante da temperatura), uma vez que, para a adoção deste último, basta a robotização da administração.

São absurdas as previsões de que no último ano de governo serão apresentados déficits e faltarão recursos. O exame formal e casuístico de apenas um exercício orçamentário - sem levar em conta fatos

administrativos passados, presentes e futuros que afetem o patrimônio - mostra o desconhecimento da dinâmica das organizações complexas. Quando se pretende fazer o confronto simples entre ativos e passivos financeiros é preciso considerar que nos ativos financeiros disponíveis existe um valor presente, mas no caso de valores a receber (recursos do SUS ou da dívida ativa, por exemplo) estamos diante de valores futuros. Confrontar o ativo financeiro presente (disponível) com o valor do passivo financeiro (que representa valores futuros), como alguns pretendem interpretar, constitui desconhecimento dos princípios de contabilidade que se referem à avaliação dos elementos do patrimônio.

Estes desconhecem que qualquer patrimônio no encerramento do exercício apresenta valores que utilizam unidades monetárias diferentes, considerando simultaneamente valores do passado, presente e futuro - como é o caso de empenhamentos incluídos no passivo financeiro que somente repercutirão no fluxo de caixa como desembolso em prazo médio que pode variar de 30 a 90 ou a mais dias, porque dependem do implemento de condição esclarecida na legislação financeira e que, no rigor contábil, não podem ser confrontados com receitas de valor presente.

A julgar pelas análises divulgadas por alguns estudiosos é fácil verificar que certos governos são "protegidos" pela tolerância, seja quanto ao não cumprimento das regras da LRF como pela apresentação de indicadores catastróficos. Enquanto isso, a Prefeitura do Rio participa ativamente de audiências públicas na Câmara dos Vereadores. E, embora não obrigada, faz a publicação mensal de todos os relatórios exigidos, disponíveis para a consulta de qualquer cidadão na página oficial da Controladoria na web.

Aos "estudiosos" recomendo a leitura do importante trabalho de Eugen Schmalembach, intitulado Balanço Dinâmico. Ali aparece em primeiro plano como o exame da mutação dos valores patrimoniais pode mensurar, com possível exatidão, o resultado do período em exame. Uma realidade que a visão míope de aves de mau agouro não deixa enxergar.

ENTREVISTA

Luís Filipe Vidigal
Instituto de Informática do Ministério das Finanças de Portugal



Licenciado em Ciências Sociais e Políticas, com formação avançada em Gestão e Tecnologias da Informação, Luís Filipe Vidigal é Vogal do Conselho de Direção do Instituto de Informática do Ministério das Finanças de Portugal. Consultor internacional nas áreas de e-government, Vidigal foi fundador e coordenador executivo do Infocid - Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão - entre 1989 e 1998. É o representante português no Comitê TAC (Telematics in Administration Committee) da União Européia. Foi ainda perito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) em missões sobre modernização administrativa e tecnologias da informação na Turquia, Letônia, Eslovênia, Romênia e Polônia, entre outros países.

Prestando Conta\$ - O Sr. é um estudioso do governo eletrônico no mundo. Qual a importância desse sistema de informação e comunicação, hoje?

Luís Filipe Vidigal - Antes de mais nada, sou um frontal opositor à utilização do termo "governo eletrônico", enquanto tradução literal do inglês "e-government", pois normalmente queremos nos referir à "administração pública eletrônica" e não ao Governo enquanto órgão de soberania. Parece-me demasiado perigoso misturar o exercício do poder conjuntural em termos políticos com a necessidade de garantir a

necessária estabilidade e continuidade da administração pública para a prestação de serviços aos cidadãos e empresas. Considero a administração pública eletrônica um movimento inevitável, irreversível e potencialmente transformador, desencadeado a partir de meados dos anos 90, com a banalização da web, que visa a disponibilização de informação e serviços públicos eletrônicos a toda a sociedade, através da alteração profunda nos relacionamentos internos e externos do aparelho do Estado, mediante a utilização intensiva das tecnologias da informação e comunicação.

Pre\$tando Conta\$ - As estruturas precisariam ser transformadas no ambiente da administração pública eletrônica?

Luís Filipe Vidigal - As estruturas e os relacionamentos atuais do aparelho do Estado refletem a Era do Papel e são fruto do pensamento mecânico, que apenas vê a pessoa humana como uma extensão da máquina burocrática. A cadeia hierárquica nas administrações públicas atuais conduz-nos a uma estrita obediência às tutelas políticas e a uma perda de visão e orientação transversal em relação às necessidades concretas dos cidadãos e das empresas. Na ausência de ministérios orientados para os eventos de vida dos cidadãos e das empresas, cabe aos governos criarem as cumplicidades e as entre-ajudas necessárias à viabilização de cadeias de valor (desmaterializadas) que conduzem à prestação eletrônica de serviços. Os orçamentos são outro constrangimento, pois estão constrangidos a limites temporais e departamentais. Os orçamentos feitos apenas para um ano e restritos a cada um dos departamentos do Estado desencorajam a realização de projetos mais complexos, estruturantes, plurianuais, e dificultam a cooperação interdepartamental e a fluidez dos processos.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a situação atual das administrações públicas eletrônicas nos países da Comunidade Européia?

Luís Filipe Vidigal - Não é melhor nem pior do que em outras regiões do mundo, sobretudo do mundo representado majoritariamente pelos países da OCDE. A Comissão Européia está monitorando a situação nos países membros, com a realização de estudos comparativos anuais baseados numa lista de 12 serviços básicos de interesse para o cidadão e oito serviços básicos de interesse para as empresas. A Comissão Européia está tomando iniciativas para a criação de ser-viços eletrônicos pan-europeus via IDA, Interchange of Data between Administrations, estrutura coordenadora especialmente destinada à utilização das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento do espaço europeu e do seu mercado interno.

Pre\$tando Conta\$ - Do que trata o projeto Administração Pública Eletrônica em Portugal?

Luís Filipe Vidigal - Portugal foi desde muito cedo um país preocupado com a modernização e a reforma do Estado. Talvez por ter vivido uma revolução em abril de 1974 e ter tido a necessidade de questionar as estruturas e os regimes jurídicos vigentes na anterior ditadura. Este processo transformador de um Estado Poder para um Estado Garante e Servidor, teve em finais dos anos 80 uma preocupação simultaneamente tecnológica e de grande abertura à sociedade - uma nova "administração do cidadão". Em 1991 foi criado em Portugal o Infocid - Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, por muitos considerado o primeiro "portal do cidadão" em todo o mundo. Este movimento deu origem a estudos de casos sobre a realidade portuguesa que serviram de referência para muitas jovens democracias do leste europeu. Eu próprio fui agente e veículo dessa experiência fora do país. O Infocid trespassou numerosas ondas tecnológicas (videotexto, quiosques, Internet, televisão interativa, etc) e cinco governos distintos, mantendo-se sempre fiel a uma orientação estratégica para as necessidades concretas dos cidadãos e das empresas independente das estruturas políticas e administrativas do país. A partir de 1997, Portugal foi o primeiro país a permitir a entrega de declarações de impostos em tempo real através da Internet. Em 2000 iniciou-se o Serviço Público Direto (SPD) integrado no Infocid, onde é possível pedir e proceder ao pagamento eletrónico de certidões do registo civil, predial e comercial - serviço que teve êxito especial junto às comunidades portuguesas no estrangeiro. No início de 2004, o governo decidiu encerrar o Infocid e substituí-lo pelo Portal do Cidadão (www.portaldocidadao.gov.pt). Esta alteração veio na seqüência de um Plano de Ação para o Governo Eletrónico aprovado pelo Conselho de Ministros em 2003.

Pre\$tando Conta\$ - Quais foram os frutos desse investimento pioneiro para o cidadão?

Luís Filipe Vidigal - Graças a iniciativas como as Declarações Eletrônicas nos Impostos e o pedido de certidões no SPD do Infocid, Portugal conseguiu em 2001 um honroso 5º lugar no estudo comparativo desencadeado pela União Européia no âmbito da Administração Pública Eletrônica. Mas infelizmente baixamos para 8º lugar no estudo de 2002 e para 9º em 2003, por falta de iniciativas concretas que satisfaçam necessidades básicas que a própria União Européia considera fundamentais. Esperamos que o impulso dado pelo atual Governo retome a dinâmica e coloque Portugal numa posição mais lisonjeira.

Pre\$tando Conta\$ - Sua formação em ciências sociais e políticas contribuiu para esta função estreitamente ligada à tecnologia?

Luís Filipe Vidigal - A minha formação académica não contribuiu para uma função agora estreitamente ligada à tecnologia, no entanto permitiu-me desde o início ter um olhar mais sócio-político do papel transformador das tecnologias. Hoje acredito que é necessário criar contextos sociais e políticos favoráveis à introdução das tecnologias da informação e comunicação, mas também me fui convencendo que a utilização efetiva das tecnologias por parte das pessoas resulta do papel estruturante das tecnologias emergentes e da visão e inovação que oferecem a todos nós. As tecnologias não devem ser consideradas apenas instrumento ou meio, mas permitem-nos sonhar e imaginar um mundo bastante diferente (e com certeza melhor) para o futuro.

ENTREVISTA

Luís Filipe Vidigal
Instituto de Informática do Ministério das Finanças de Portugal

Pre\$tando Conta\$ - Como surgiu a idéia de criar uma página sobre o governo eletrônico no mundo?

Luís Filipe Vidigal - A idéia foi simples. Uma vez que tive desde muito cedo acesso a documentação bastante relevante, por força da minha longa experiência internacional nas áreas da modernização administrativa, decidi partilhar com os interessados nestas matérias uma biblioteca virtual inicialmente organizada para fins pessoais. Como sou bastante desarrumado, decidi ter acessível em qualquer lugar e a qualquer hora a documentação de que preciso para o meu trabalho e nada melhor do que a Internet para arrumar e ter permanentemente disponível o meu arquivo. Sempre achei que seria a melhor maneira de desmistificar o poder oculto do conhecimento e da utilização abusiva que muitas pessoas dele fazem secretamente para se promoverem. Decidi tornar totalmente partilháveis os meus recursos na esperança de abrir algumas gavetas de poder de algumas pessoas que trabalham nesta área.

Pre\$tando Conta\$ - Estudo da Unidade de Inteligência da The Economist, publicado em abril de 2004, revelou que Portugal está entre os últimos na tabela de países da União Européia que mais utilizam a Internet. A que se deve este fato?

Luís Filipe Vidigal - Os estudos relativos à ordenação de países no âmbito da sociedade da informação e do conhecimento são bastante contraditórios em todo o mundo. No que se refere à utilização da Internet a situação ainda é mais paradoxal. Os dados são fornecidos pelos vários operadores de comunicações às autoridades reguladoras nacionais, mas a sua confiabilidade é sempre duvidosa porque todos querem inflacionar o número dos seus clientes para valorizar os seus serviços publicitários e outros. Oficialmente os dados europeus são disponibilizados pelo Eurostat e, apesar da disponibilidade de serviços públicos on-line em Portugal ser mediana, a penetração global da Internet na sociedade portuguesa ainda é relativamente baixa se comparada à dos países mais desenvolvidos da Europa. Segundo os estudos do Ministério da Economia, a taxa de penetração em 2003 da Internet em Portugal ultrapassou 60%, no entanto este valor não me parece crível pelas razões citadas. Quanto ao acesso por banda larga (cabo e ADSL), Portugal encontrava-se em 10ª lugar em 2003 no ranking europeu.

Pre\$tando Conta\$ - Pesquisa no Brasil mostra que estamos entre os quatro países que utilizam por mais horas a Internet no mundo. Mas apenas 20 milhões brasileiros, segundo pesquisa de 2003, têm acesso à rede. Como adotar o governo eletrônico em países onde a maioria dos cidadãos não tem acesso à rede mundial?

Luís Filipe Vidigal - A administração pública eletrônica, no que se refere aos canais de acesso não deve ser confundida com a utilização exclusiva e privada da Internet. O acesso aos serviços públicos eletrônicos deverá ter em consideração o potencial de exclusão social que cada canal possui no relacionamento com a sociedade. Para além da Internet pessoal e empresarial, deverão ser considerados todos os restantes canais de maior penetração, nomeadamente o telefone, os quiosques públicos e o próprio atendimento presencial, através de mediadores bem treinados no uso de serviços eletrônicos.

Prestando Conta\$ - O Sr. teria alguma sugestão sobre políticas públicas a serem adotadas em países que se encontram na situação do Brasil?

Luís Filipe Vidigal - Uma vez que compete ao Estado assegurar o acesso universal e não discriminado aos serviços públicos, deverão ser explorados todos os canais possíveis de penetração junto da totalidade da população. Tal como recomendaria em relação a qualquer outro país que tem uma tarefa gigantesca de modernização da administração pública, julgo ser prudente não tentar fazer tudo ao mesmo tempo. Os governos deverão tentar ser seletivos nos serviços a disponibilizar, mas ao mesmo tempo ser radicais nas soluções a adotar, nomeadamente assegurando a desmaterialização tanto quanto possível dos processos orientados às necessidades básicas dos cidadãos e das empresas e garantindo representações e repositórios únicos das leis, dos cidadãos, das empresas e do território. Deve pedir-se apenas uma só vez informação relativa aos cidadãos e reutilizá-la nos vários sistemas - ask once, use many.

Prestando Conta\$ - O Sr. argumenta que para se construir uma infra-estrutura em tempo real é preciso minimizar e até mesmo eliminar a intervenção humana. No caso de uma situação como a enfrentada recentemente em todo o mundo pela propagação do vírus Sasser, isso não tornaria a administração vulnerável e inviabilizaria a prestação de serviços em tempo real?

Luís Filipe Vidigal - A noção de tempo real em serviços públicos eletrônicos é relativa, trata-se de mais de uma orientação estratégica do que um objetivo que acreditamos atingir. O objetivo é tornar cada vez mais fluidos e desimpedidos os processos conducentes aos serviços públicos orientados para os cidadãos. Trata-se de acelerar a burocracia sem ter de reduzir os direitos e as garantias de cidadania. Colocar em computadores as regras, as competências e os encaminhamentos que estão presentes em textos legais, tornam sem dúvida os serviços públicos mais céleres e transparentes. No entanto, estamos ainda muito longe de atingir a plenitude das condições de interoperabilidade organizacional, semântica e tecnológica, para viabilizar a integral aceleração dos processos e das respectivas cadeias de valor. As questões da segurança e da continuidade de serviços são, sem dúvida, uma preocupação fundamental dos nossos dias e devem merecer o cuidado e a mais alta prioridade de todos os governos à escala mundial. Decerto que a total separação entre funções e tarefas de vocação humanas e eletrônicas é uma utopia e é um objetivo que apenas perseguimos em teoria.

Rodízio de auditorias altera classificação de empresas

Teve início em maio de 2004 o rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos nas empresas de capital aberto, instituído pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Assunto polêmico, o rodízio foi criado em 1999 pela Instrução 308 e obriga as companhias a revezarem o serviço entre auditorias independentes no Brasil. A disputa entre empresas reduziu o preço dos honorários em torno de 20%, segundo auditores. A troca de consultorias também modificou o ranking das empresas com maior número de clientes e alterou o monopólio das quatro maiores no setor. Por esses motivos, a medida da CVM é alvo de muitas críticas.

A empresa de auditoria que transgredir a Instrução 308 poderá sofrer sanções como advertência, multa e mesmo proibição, por até 20 anos, para atuar no campo de auditoria independente. A gravidade da sanção depende do grau de culpabilidade da empresa. O objetivo da CVM com a medida é impedir que "os auditores passem de guardiões do mercado a protetores dos interesses das companhias auditadas, visando à conquista de novos negócios junto a seus clientes", diz a diretora da autarquia Norma Parente.

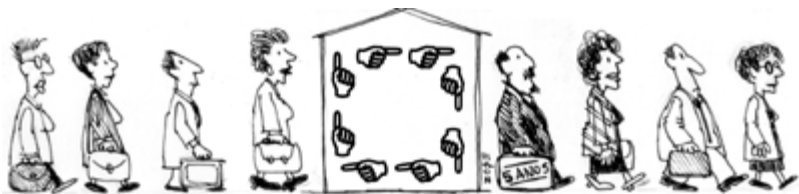
Para Henrique Luz, sócio da PricewaterhouseCoopers (PwC), o rodízio "traz riscos mensuráveis ao processo de auditoria. Trata-se de uma realidade técnica comprovada por estudos acadêmicos em várias partes do mundo: o rodízio de firmas aumenta o risco do processo de auditoria", justifica. Ele acrescenta que este é um dos argumentos para que não tenha sido adotada nos Estados Unidos a regra: "A sociedade americana

- Congresso, auditores, empresas, a Securities and Exchange Commission (a CVM americana) e analistas - concluiu que os malefícios são muito maiores do que qualquer benefício".

E não são apenas as empresas estrangeiras de auditoria que protestam. Jorge Domingues, gerente da brasileira Auditasse, entende que quem sai perdendo mais com o rodízio são as pequenas empresas. "Quando há troca de clientes somente entre as Big Four, como ocorreu, praticamente não há desvantagem alguma. Mas quando acontece entre as pequenas e médias empresas só há desvantagem, pois o número de pequenas é enorme (quase 200) e são muitas as opções de troca, sem contar que a maioria não é conhecida". Ele acredita que a intenção da CVM ao instituir o rodízio é válida, mas supõe que "os resultados dessa atitude são duvidosos".

A diretora da CVM, Norma Parente, enfatiza que a troca de auditores confere maior percepção de isenção e imparcialidade ao auditor na execução dos trabalhos: "O fato de cada uma das empresas de auditoria ter sistemas e metodologias de trabalhos próprios, propicia a detecção de eventuais vícios, que talvez fossem imperceptíveis ou ficassem camuflados sob a técnica utilizada pela empresa de auditoria anterior". Nesse caso, uma das vantagens da troca periódica de auditorias seria o auditor que está deixando a empresa se preocupar em investigar pendências e contingências com maior rigor para que a auditoria substituta não encontrasse falhas de trabalho.

O "pente fino" é apontado por alguns profissionais como responsável pela descoberta das fraudes na italiana Parmalat - na Itália, o rodízio acontece a cada nove anos. Os críticos, porém, afirmam que o sistema de trocas não foi suficiente para impedir desvios. Sobre o caso Parmalat, o sócio da PwC afirma que "existem trabalhos na própria Itália, na Universidade de Milão, apontando que 75% dos casos de fraude naquele país ocorrem nos dois primeiros anos de um novo auditor, provocados pelo desconhecimento". A diretora da CVM argumenta que os principais problemas da Parmalat aconteceram em uma empresa controlada (Bonlat), situada nas Ilhas Cayman, paraíso fiscal onde não há rodízio de auditores. "Creio que, não fosse a regra italiana de rodízio, levaria muito mais tempo até que tais fraudes viessem à tona".



No Brasil, os primeiros impactos do rodízio foram a perda de clientes e a redução do valor-hora dos auditores. Algumas consultorias não conseguiram atrair o mesmo número de empresas que saíram. A PricewaterhouseCoopers, líder no setor durante 86 anos, perdeu 43 contas das 92 que auditava e ganhou em torno de 25, ficando com 70 empresas. Do outro lado do jogo, a Trevisan, que trabalhava com 35 empresas, passou a auditar 70 e pulou do quinto para o terceiro lugar na classificação de empresas em carteira. A brasileira quebrou a supremacia das Big Four, deixando a Ernst & Young e a KPMG, respectivamente, em quarto e quinto lugares.

ESTANTE

O mundo desconhecido das mulheres mafiosas



Mulheres da Máfia

Claire Longrigg

São Paulo: Editora Landscape, 2003. 306 p

No final de 1980, Clare Longrigg, repórter do jornal inglês The Guardian, começou a pesquisar o papel das mulheres na máfia, organização criminosa italiana, motivada principalmente por sua irritação com o despacho judicial de um juiz de Palermo, na Itália. Nele, o juiz declarava: "as mulheres não podem ser culpadas por lavagem de dinheiro porque não possuem autonomia e, de qualquer maneira, são burras demais para tomarem parte no difícil mundo dos negócios". Os 'homens de honra' souberam tirar proveito do preconceito exibido pelo juiz.

Os mafiosos sempre usaram nomes de mulheres para registrar empresas, propriedades e contas bancárias; como 'mulas' no tráfico de drogas (além de passarem sem a mínima suspeição pelas fronteiras internacionais, raramente havia uma policial feminina para revistá-las); para a lavagem de dinheiro da organização criminosa, (mais eficientes e habilidosas eram menos visíveis do que os homens e como não havia definição legal para a máfia, não havia como ligar uma conta bancária em nome de uma mulher a uma rede de contrabando de drogas).

Em depoimento à autora, o promotor Antonio Laudati declara que, "quando a máfia se vê envolvida em sérios problemas, convoca suas mulheres." E cita o exemplo de Ninetta Bagarella, esposa de um capo dei capi (chefe de todos os chefes) que certa ocasião enviou carta à imprensa em defesa de sua família. No texto, afirmava que os laços familiares estavam acima de qualquer consideração e que o amor de uma mãe isentaria o filho de qualquer má ação. As mulheres estavam acima de qualquer suspeita.

Na primeira parte de Mulheres da Máfia, a jornalista Clare Longrigg comprova o papel ativo que as mulheres desempenham na honorata società (sociedade honrada), com relatos de histórias de vida de várias mafiosas já condenadas. Uma delas, Piera Aiello, em 1993 desafiou as esposas da máfia a deixarem de fingir que não viam nem ouviam nada e a admitirem que exerciam considerável influência sobre seus maridos, com o argumento de que "uma esposa sempre sabe o que está acontecendo. Uma mulher pode levar o marido aonde quiser".

A segunda parte do livro trata das mudanças nas leis italianas que levaram as mulheres à prisão por crimes relacionados à máfia. Também descreve o surgimento de um forte movimento antimáfia - a Associação de Mulheres Anti-Máfia - fundado e coordenado por um grupo de esposas cujos maridos (a maioria juizes, policiais e políticos) haviam sido assassinados pela organização criminosa.

Por muito tempo, a lei italiana favoreceu as mulheres criminosas. A veneração da maternidade, da figura sagrada da mãe, até hoje faz com que os italianos se recusem a pensar nas mulheres como capazes de ter comportamento destrutivo ou perigoso. O elo de confiança estabelecido entre mãe e filho é tão forte que a ligação originou um termo na Sicília: mammismo. Durante anos, essa atitude levou os magistrados italianos a uma série de veredictos questionáveis de inocência.

A Lei La Torre foi o primeiro passo para descobrir a verdadeira dimensão do papel das mulheres no crime organizado. Aprovada em 1982 a Lei Rognoni-LaTorre, identificada a partir do nome dos seus autores, possibilitou aos investigadores confiscar os bens que se acreditava pertencer a mafiosos, mesmo se estivessem registrados em outro nome. A Lei causou uma série de problemas para a máfia. Um dos

criadores do texto legal, Pio La Torre, foi morto a tiros em abril de 1982. Seu assassinato recebeu a seguinte explicação de um magistrado de Nápoles: "a ética da máfia dita que um homem de honra aceite a prisão como fato da vida. O criminoso sabe como se dão os fatos; ele comete um crime, vai preso. Sem problemas. O que ele não suporta é quando as regras ainda não escritas do sistema judiciário mudam e as autoridades passam a ameaçar com o confisco de seus bens, que são a razão dele cometer os crimes."

Outro fator de mudança na atitude dos mafiosos identificado pela jornalista foi a aprovação em janeiro de 1991 da Legge dei pentiti, ou a 'lei dos penitentes', que ofereceu proteção aos mafiosos 'penitentes' (colaboradores) e às suas famílias. Também deu às mulheres a oportunidade de uma nova vida e uma opção para afastar seus filhos da cultura de violência em troca de testemunhos. Pela primeira vez as mulheres foram levadas a sério como testemunhas - até então, aquelas que ousavam acusar os assassinos da máfia eram alvo do escárnio público. Os inúmeros depoimentos em que Clare Longrigg se baseou para escrever o livro derruba um estereótipo a que estamos acostumados, de que não há mulheres na máfia. A honorata società sabe como criar e alimentar os seus mitos.

Rodízio de auditorias altera classificação de empresas

Estima-se que a receita do mercado de auditorias gire hoje entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4 bilhões anuais. Iniciado o rodízio, o preço do serviço foi alterado. Para atrair novas empresas, as auditorias chegaram a reduzir o valor de seu serviço em até 20%, segundo o diretor geral de auditoria da Trevisan, Carlos Eduardo Assmann, que é favorável ao rodízio. "A desvantagem é o mercado ficar canibalizando, ou seja, fazendo uma espécie de leilão das empresas ao baixar os preços dos honorários para valores incompatíveis com o risco do trabalho", pondera.

O sócio fundador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Bengt Hallqvist, defende a troca de auditorias. Para ele, todos saem ganhando com a mudança. "A rotatividade vai beneficiar os proprietários acionistas e as empresas de auditoria, que vão faturar mais horas, já que nos primeiros anos é preciso conhecer melhor a empresa". Ele informa que é cultura no exterior existir nas empresas um Comitê de Auditoria que avalia e discute rotineiramente a troca de auditores. "Faço parte do conselho de uma empresa na Suécia e neste país a troca é espontânea". Para Hallqvist, na maioria dos grandes escândalos, o auditor já estava na empresa há mais de dez anos.

Sobre o novo código do Instituto de Governança Corporativa, que recomenda ao Conselho de Administração das companhias considerarem a possibilidade de renovação de contrato após o quinto ano de prestação de serviços, Hallqvist pondera: "o código deixa claro que se deve observar as normas da profissão e a legislação em vigor, ou seja, deve-se seguir a Lei, que estabeleceu o rodízio".

Uso de software livre avança no setor público

Custo baixo, autonomia de gestão, qualidade igual à de produtos proprietários e possibilidade de desenvolvimento da tecnologia no país são os argumentos mais comuns utilizados em relação ao software livre. Com isso, o sistema de código-fonte aberto está ganhando adeptos no governo federal e em administrações estaduais e municipais.

As maiores diferenças entre o software proprietário e o software livre são: o primeiro possui proteção autoral, suas licenças são caras e o código-fonte é fechado, enquanto o software livre é um sistema que dá permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo e distribuí-lo, seja na sua forma original ou modificado, gratuitamente ou com custo.

No Brasil, o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a divulgar oficialmente a preferência por software livre em concorrências públicas, por meio da Lei 11.871, de 2002. Em abril de 2004, a Lei foi suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, que classificou a ação como inconstitucional ao transferir para o Estado a redação de normas de licitação. Na busca de economia e autonomia para programas utilizados na administração pública, as prefeituras formam outro segmento pioneiro na adoção de software livre no País, com destaque¹ para as cidades de Porto Alegre e Recife, que adotaram o sistema a partir de 1995 e 1997,

respectivamente.

Na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro o sistema começou a ser implantado em abril. A perspectiva é de que a opção pelo OpenOffice gere uma economia potencial mensal de R\$ 33 mil ao longo de dois anos, já que a atualização das cópias da Microsoft Office acontece no período de dois anos ao custo de cerca de R\$ 2 mil cada licença. O projeto da CGM prevê a instalação do OpenOffice (que reúne editor de texto, planilha eletrônica, apresentação de slides e software para desenho) e do Filzip (substituto do WinZip) em todos os computadores até julho.

No mês de junho, 50% dos setores da Controladoria já trabalhavam com o programa de código aberto. "Está em fase final de testes o uso do Riomail, ferramenta de software livre eletrônico desenvolvida pela IplanRio, que aos poucos substituirá o Lotus Notes. A conversão será gradual e deve levar de dois a três anos", informa Victor Zajdhaft, coordenador de Informática da CGM. Na Prefeitura do Rio, as secretarias de Educação e Saúde e as empresas municipais MultiRio e IplanRio já estão com o sistema instalado, além da Controladoria.

Ainda não existem dados precisos sobre o número de administrações municipais que utilizam programas de código aberto, mas a Sociedade para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) está desenvolvendo uma pesquisa sobre o tema, com divulgação prevista para o final de junho. Atualmente as Prefeituras de Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), Suzano, Amparo, Campinas e Ribeirão Pires (SP) e Chapecó e Blumenau (SC) estão entre os órgãos públicos que operam com o sistema de código-fonte aberto.

Sérgio Amadeu, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), vinculado à Casa Civil da Presidência da República, elege cinco razões fundamentais para que o setor público adote o software livre: economia, segurança, autonomia tecnológica, independência de fornecedores e compartilhamento do conhecimento. O programa de código aberto, por um lado evita gastos com royalties mas, por outro, demanda gastos com treinamento e manutenção. Mesmo assim, empresas e segmentos do setor público estão adotando o sistema como base para suas infra-estruturas de informática.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Graça Louzada e Aline Thomaz

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes